



# APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM  
DEBATE: SILENCIAMENTOS,  
RESISTÊNCIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

## APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

### A DITADURA MILITAR NO BRASIL EM DEBATE: SILENCIAMENTOS, RESISTÊNCIAS E ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Maria Colling<sup>1</sup>

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior<sup>2</sup>

Quem não lembra dos slogans que assustaram a nós democratas e defensores da liberdade? *Volta à ditadura! Volta ao AI5, Militares do poder*, palavras de ordem que ouvíamos e líamos em passeatas dos conservadores. Estas manifestações que atravessaram nosso país nas duas últimas campanhas eleitorais assustaram e impactaram muitos brasileiros, especialmente historiadoras e historiadores.

Nesse contexto atônito refletíamos: O que fizemos nós em nossas aulas de história que tantas atrocidades à nossa história passaram despercebidas por parcelas da população? Perguntávamos ainda: será que a responsabilidade disso tudo foi da Lei da Anistia que inocentou torturados e torturadores?

Cabe ressaltar ainda que os ataques à democracia caminharam juntos aos ataques à educação e à cultura. “Abaixo Paulo Freire”, nosso mestre maior, acompanhava as marchas que pediam a volta à ditadura e o golpe do *impeachment*. Além disso, lembremos que o filme “Marighela” (2019)<sup>3</sup> de Wagner Moura, mesmo sendo produzido em 2017, ficou impedido de circular nos cinemas nacionais e teve verbas cortadas, sendo lançado apenas em 2021<sup>4</sup>. Somente isso já sinaliza a

---

<sup>1</sup> Docente no Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisadora da UNESCO junto à Cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras. Especialista em História das Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidades. Entre suas obras destaca-se *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. E-mail: [acolling21@yahoo.com.br](mailto:acolling21@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Desenvolve estudos sobre as diferentes formas de resistência contra a Ditadura Militar no Brasil, com publicações no campo da militância feminina, relações de gênero, história regional e local e ensino de história. Atualmente coordena o projeto de pesquisa: “Ditadura militar no Brasil: representações, sociedade e ensino de história” (UFMT) e o Grupo de Estudos em Ditadura Militar, Sociedade e Ensino de História (GEDSEH/UFMT). E-mail: [ary.junior@ufmt.br](mailto:ary.junior@ufmt.br)

<sup>3</sup> O referido filme, baseado no livro do jornalista Mario Magalhães, intitulado: “Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo”, retrata a história real do militante baiano Carlos Marighella, um dos mais perseguidos pela repressão devido a sua luta política.

<sup>4</sup> O jornal *El país* noticiou o corte de verbas do governo ao filme, bem como a comemoração de tal ato por políticos pró-governo. Ver: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/cultura/1568322222\\_654952.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/12/cultura/1568322222_654952.html) Acesso em 23 nov. 2023 às 10:45.

importância da educação e da cultura no combate aos regimes ditatoriais ou a discursos que pedem seu retorno.

O maior sinal de que o “ovo da serpente” estava sendo gestado foi o discurso de Jair Bolsonaro no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, ainda em 2016, dedicando seu voto ao coronel Brilhante Ustra,<sup>5</sup> torturador durante a ditadura militar e que havia sido o algoz da própria presidenta. Algo que nos pareceu não ter provocado o repúdio da população brasileira.

Escrevemos este prólogo para falar da importância do dossiê “**Ditadura militar no Brasil em debate: silenciamentos, resistências e ensino de história**”, que agora apresentamos, numa tentativa de desconstruirmos a memória nacional, destacar os diferentes impactos e legados deixados pelo período, bem como os debates contemporâneos, que estão presentes em salas de aula e em diferentes espaços da sociedade. Lembrar o que foi a Ditadura Militar é também combater golpistas de ocasião, pois a carência de história contribui para a falta de memória de um país e pela compreensão equivocada que alguns possuem sobre este período. Este Dossiê tem como objetivo principal, tal qual uma política de memória, falar e escrever para jamais esquecer.

Abre o dossiê o artigo “Raça, Racismo e Subversão: as características da narrativa da Ditadura brasileira (1964-1986) sobre a luta antirracista nos documentos de Inteligência” de autoria de Marcelo José Domingos. O autor destaca a partir da retórica do Estado ditatorial brasileiro como o ativismo negro é descrito na cartilha “Subversão” (1983), além de apontar para a importância de debater o racismo em tempos de Ditadura no Brasil. Já Viviane de Souza Lima, em seu artigo “O ‘caso dos angolanos’: prisões e tortura de estudantes africanos durante o golpe civil-militar de 1964 no Brasil”, nos apresenta uma importante discussão acerca das relações exteriores durante a ditadura militar. Através da prisão de estudantes angolanos no Brasil, em tempos de Ditadura Militar, a autora destaca a contribuição do regime com a Polícia Política Portuguesa (PIDE), de Antônio de Oliveira Salazar, contra o Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA).

Refletindo sobre travestilidades em tempos de ditadura temos o artigo de Bruno do Prado Alexandre, intitulado: “Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira (1964-

---

<sup>5</sup> O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conhecido como “Major Tibiriçá” foi responsável pelo centro de tortura Doi-Codi entre 1970 e 1974. Em outubro de 2008 num processo inédito no Brasil, Ustra torna-se o primeiro oficial a ser declarado e condenado como torturador no Brasil.

1985): história, invisibilidades e as sexualidades consideradas dissidentes”. Na oportunidade, o autor não apenas tece reflexões sobre os silenciamentos e ausências na história, como também aponta para a resistência de travestis ao período. Em relação às mulheres durante a ditadura militar, Ana Maria Colling nos apresenta: “Inês Etienne Romeu: a resistência de uma mulher em defesa da memória”. A autora destaca a partir de fontes memorialísticas e documentais, o protagonismo de Inês Romeu, militante política em tempos de ditadura, única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, Rio de Janeiro, centro de tortura da repressão. Tendo sua denúncia sobre a casa do terror permitido a identificação de mortos, desaparecidos políticos e torturadores.

Refletindo sobre os aspectos artísticos em tempos de repressão, apresentamos o texto de Ítalo Nelli Borges, “A Censura em Transe: “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e “Terra em Transe” nos pareceres de censura. O autor analisa oito pareceres de censores da repressão acerca de filmes durante a ditadura militar. Ainda no aspecto artístico, temos o artigo “O teatro sob a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI): o caso Ruth Escobar e a peça Revista do Henfil” de Paula Carolina Firmino de Lima. A autora destaca a vigilância da cultura durante o período ditatorial, tendo como foco a atriz e produtora teatral Ruth Escobar. Suas principais fontes são os arquivos da Agência Recife do Sistema Nacional de informação, disponibilizados pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Também destacando o poder da arte em tempos de ditadura militar temos o artigo de Dayse de Jesus Rocha, intitulado: “O Papel do riso e do escárnio nas charges de Henfil: memórias ressentidas da ditadura militar brasileira”. Dayse faz uma análise das charges do cartunista Henrique de Sousa Filho, o Henfil, publicadas no semanário O Pasquim. Ainda no âmbito dos aspectos artísticos e culturais, apresentamos “A sorte que é o nosso norte”: uma história da ditadura militar apresentada na dramaturgia de Paes Loureiro”, de Luan Erick Lima Sanches. Em seu texto, o autor apresenta a importância de analisar as literaturas de testemunho na Amazônia brasileira, em específico no Pará. Para isso, utiliza como principais fontes de análise a obra “*A Ilha da Ira*” de João de Jesus Paes Loureiro em contraste aos escritos da imprensa e documentos oficiais.

Outro importante trabalho que faz parte do dossiê é “Paulo Schilling: o intelectual que a ditadura civil-militar tentou calar” de Bruna dos Santos. Em seu artigo,

a autora apresenta a trajetória política e social do jornalista gaúcho Paulo Schilling. O qual, durante sua atuação, precisou se exilar do país, por conta das perseguições sofridas pela repressão, retornando ao Brasil na década de 80 do século passado.

Tecendo reflexões sobre a propaganda realizada pelo Estado brasileiro nos anos de repressão, temos o artigo “O país feito por eles: propaganda e memória da Ditadura Militar em “O Brasil” (2014), de Jaime Lauriano” de autoria de Nathália Santos Ferreira, Luísa Estanislau Soares de Almeida e Tereza Maria Spyer Dulci. Em seu texto, as autoras buscam analisar a referida produção, investigando as estratégias utilizadas para a exaltação da Ditadura, bem como as possíveis relações com a política contemporânea.

Uma análise sobre a imprensa em tempos de ditadura é realizada por Bruno Leonard Simas Brasil em “Imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil (1964-1988) no acervo da Biblioteca Nacional: arquivo, historiografia e memória política”. Utilizando o acervo da Biblioteca Nacional, o autor destaca o rastro documental que busca destacar uma postura em torno do “lembrar para nunca mais repetir”, além de dialogar com o conceito de imprensa de resistência. E “Por entre fotos e nomes: a tênue linha entre o pessoal e o familiar durante a ditadura militar brasileira” de Caroline Rios Costa é mais uma contribuição importante para o presente dossiê. Em seu artigo, a partir de documentários e do livro “Infância Roubada”, autora busca analisar o impacto da ditadura na vida de crianças no processo de militância de seus familiares.

Refletindo sobre a justiça de transição no Brasil pós Lei de Anistia temos a participação de Luiz Antônio Dias, em seu texto - “Trilhas da Justiça: Revisitando a Lei de Anistia do Brasil (Lei nº 6.683/1979) e seus impactos na Justiça Transicional”. O autor analisa o contexto histórico e político que levou à promulgação da Lei da Anistia, e como isso impactou na justiça de transição posterior à Ditadura.

Refletindo sobre a importância do movimento estudantil secundarista em tempos de repressão, temos artigo escrito por Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves e Vera Lúcia Nogueira, intitulado: “Sem lenço e sem documento: o desenvolvimento do movimento estudantil secundarista no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre 1964 e 1977”. Na referida produção, fazendo uso de documentos escolares e relatos orais de egressos do colégio, o autor e a autora elucidam o protagonismo do movimento estudantil secundarista e sua oposição na referida instituição de ensino, sofrendo perseguições e medidas repressivas em Belo Horizonte.

Os impactos do golpe de 1964 e seus resquícios na cidade de Feira de Santana, Bahia, são apresentados por Camila Ferreira de Souza, no texto intitulado: “Golpe de Estado e Planejamento em Feira de Santana, Bahia, Brasil (1964-1967)”. Em sua produção, a autora busca apontar os rearranjos políticos da cidade baiana, pós-golpe de 1964 e os desdobramentos, interesses e projetos políticos em jogo.

Uma reflexão sobre impactos políticos dos discursos na sociedade, em relação ao militarismo na contemporaneidade temos o texto, “A Experiência Estética do Militarismo em Rondônia: nos contornos de uma contingência” de Rodrigo Tavares Godoi. Em sua pesquisa o autor destaca a forte presença do militarismo em Rondônia, apontando seus discursos, representações e ambivalências, principalmente na extensão do Bolsonarismo.

Uma análise do impacto das ações do Estado repressivo no âmbito da educação, Stefany dos Santos Antônio e Ione da Silva Cunha Nogueira, nos apresentam “A construção de uma nação educadora: A alfabetização de crianças, jovens e adultos na ditadura civil-militar”. Em sua produção, as autoras além de pensar os impactos do período na educação, buscam elucidar como a alfabetização foi pensada pelos militares, observando o investimento ou não, bem como os impactos de tais realizações. Ainda no contexto das ações de políticas educacionais durante a Ditadura, temos o artigo de Victor Coqueiro de Sousa e Paulo Fioravante Giareta, intitulado: “O governo empresarial-militar e as condições do trabalho docente: considerações sobre a experiência do estado de São Paulo”. Além dos aspectos descritos no título, os autores abordam a precarização do trabalho docente no referido estado, tecendo reflexões sobre os impactos que que partem do período, mas que também podem ser vistas e pensadas na contemporaneidade.

Pensando o campo do ensino de história e o impacto de tais produções em plena ditadura militar, temos o artigo “Você não sabe o quanto nós caminhamos para chegar até aqui”: os debates pioneiros sobre ensino de História diante das reformas educacionais brasileiras (décadas 1960-80)” de autoria de Sandra Regina Mendes e Lívia Diana Rocha Magalhães. Em sua pesquisa, as autoras apontam como a Lei 5.692/71 que implementou os Estudos Sociais, gerou desdobramentos significativos no processo de ensino de história, algo que não impediu posicionamentos, resistências e debates por parte das intelectuais apresentadas ao longo do texto.

Encerrando o nosso dossiê temos dois artigos que buscam pensar e propor ações em sala de aula, além de refletir sobre impactos do bolsonarismo e os pedidos

de intervenção militar no ensino de história. Sendo assim, o artigo de autoria de Ary Albuquerque Cavalcanti Junior e Jiani Fernando Langaro, intitulado: “A ditadura militar e o ensino de história regional e local: entre dilemas e caminhos”, traça algumas questões sobre como pensar a temática em voga na sala de aula. Tomando como exemplos aspectos da história regional e local dos estados do Paraná e Bahia, os autores têm o cuidado de apontar os desafios de sua abordagem, mas, também apontam saídas práticas. Encerrando o dossiê temos o artigo: “Intervenção militar já”: o material didático e as armadilhas da memória coletiva” de Bruna Baliza dos Santos Doimo e Marcela de Oliveira Santos Silva. Em sua produção, as autoras buscam problematizar os impactos do pós-eleição de 2022 e como os discursos bolsonaristas, a exemplo de pedidos de “Intervenção militar”, geraram desdobramentos nos diferentes meios sociais, a exemplo da sala de aula. Assim, fazendo análise memorialística e de materiais didáticos, as autoras analisam como esses discursos podem ser pensados e quais desdobramentos podem gerar.

Esta apresentação, que compreende vinte e um textos de temáticas variadas e interessantes, com autoras e autores de diferentes regiões brasileiras, é uma demonstração de que historiadoras e historiadores estão atentas/os com a construção da memória da história brasileira do tempo presente. Entendemos nós, organizadores e autoras/os do presente dossiê, que escrever é um potente meio de luta contra o esquecimento e pela defesa da democracia.